



ISSN 1981 - 3031

AValiação EDUCACIONAL COMO DISPOSITIVO DE CONTROLE CURRICULAR: A PROVA BRASIL

Izabella da Silva Vieira (CEDU/PPGE/UFAL)
Izabellas.vieira@hotmail.com

Laura Cristina Vieira Pizzi (CEDU/UFAL)
lauracvpizzi@gmail.com

Resumo

O governo brasileiro tem elaborado políticas para buscar melhorias no ensino público. Como forma de estabelecer critérios de medir os resultados de algumas dessas políticas, foi elaborado um instrumento avaliativo para verificar a garantia do direito ao aprendizado dos/as alunos/as, a Prova Brasil. Sua primeira edição aconteceu no ano de 2005 e tem sido aplicada a cada dois anos. Os processos de avaliação a que os/as alunos/as são submetidos/as indicam uma forma de controle sobre o trabalho docente, responsabilizando-o pelos resultados e ainda reforçam os objetivos e saberes postos no currículo oficial. A Prova Brasil, como dispositivo de controle externo, consegue ser individual e total ao mesmo tempo, na medida em que fornece resultados por escola, por município, por estado e um comparativo a nível nacional. Este trabalho pretende levantar algumas considerações a respeito do impacto da Prova Brasil no currículo praticado pelos/as professores/as. Essa pesquisa está em fase inicial e a abordagem metodológica será o Estudo de Caso, a partir do estudo comparativo de turmas do 4º e 5º ano de três escolas públicas de um município do interior do Estado de Alagoas.

Palavras-chave: Prova Brasil, Controle, Currículo.

Introdução

O Brasil conta hoje com mais de 50 milhões de alunos, matriculados na Educação Básica (BRASIL, 2008). O governo brasileiro afirma que vive a democratização do acesso ao Ensino Fundamental, atingindo 97.2% da população com idade entre 7 e 14 anos matriculados na escola. Contudo, não têm sido visíveis os bons resultados esperados no que se refere às implantações das políticas públicas

intensamente implementadas desde meados dos anos 90. As avaliações nacionais têm mostrado o péssimo desempenho da educação pública, sobretudo nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática.

Todos os esforços governamentais das últimas décadas apontam os resultados ínfimos como o argumento central para propor as reformas nas políticas educacionais, com destaque para as políticas curriculares. Esses dados de desempenho insatisfatório comprometem sobremaneira o processo de democratização da educação brasileira em termos quantitativos e qualitativos, como mostra a retórica governamental. Esses mesmos argumentos são utilizados, ao mesmo tempo, para justificar a necessidade da avaliação do desempenho dos/as estudantes, através da Prova Brasil.

O direito a educação, que durante longos anos no Brasil significou o direito de matrícula em alguma escola, depois dos avanços recentes e da reflexão sobre direitos individuais consagrados na Constituição Federal de 1988, significa hoje o direito ao aprendizado... compete ao Estado definir uma maneira de verificar se esse direito está garantido para **cada um dos alunos**. Parte dessa necessidade foi atendida com a introdução da Prova Brasil, um instrumento de medida das competências leitora e matemática aplicado em praticamente todas as crianças e jovens matriculados no 5º e no 9º ano do Ensino Fundamental. (BRASIL, 2008, p.6, grifos nossos)

Sendo assim, apesar dessa universalização do ensino apresentar um avanço quantitativo significativo no Brasil a partir da segunda metade da década passada, o Brasil se depara com um problema, o insucesso escolar. A garantia do direito e do acesso à educação não garantem de fato a permanência desses/as alunos/as com sucesso e qualidade. Ou seja, segundo o governo, não garante a qualidade da aprendizagem.

E para medir o grau desse sucesso (ou fracasso) e servir como orientador de políticas que busquem a qualidade da educação escolar foi criado um instrumento avaliativo que verifica diretamente a aprendizagem, a Prova Brasil. A Prova Brasil teve rápida repercussão nas comunidades escolares, visto que é um dos pontos a serem observados no IDEB, que mede o índice de desenvolvimento da educação básica, provocando debates e tensões. Esse ensaio se propõe a discutir as implicações da aplicação da Prova Brasil, para a prática curricular cotidiana dos professores/as do Ensino Fundamental da Rede Pública de Ensino.

Nesse sentido, entenderemos a Prova Brasil como um dispositivo de controle que atua nos poros das práticas curriculares cotidianas dos/as docentes, agindo de forma a limitar cada vez mais as suas alternativas em relação à sua autonomia, ainda que

relativa, de planejar e decidir que currículo teria maior resultado, considerando as possibilidades e limitações de seu contexto e segundo as necessidades dos/as seus/uas alunos/as.

A Prova Brasil, tende a ser, portanto, uma política governamental que visa, ainda que não claramente, garantir a efetivação de uma política curricular prescritiva, na forma que Goodson (2007) aponta, reforçando a mística de que cabe naturalmente ao governo em conjunto com as universidades elaborar e propor os modelos curriculares e às escolas e seus/uas docentes, aplicá-lo.

Avaliações educacionais e a Prova Brasil: a ótica do governo

As primeiras discussões sobre a necessidade de se implantar um sistema de avaliação que pudesse ser aplicado em larga escala na educação do Brasil, ocorreram entre os anos de 1985 e 1986. Justificada pela intenção de medir a eficácia do Projeto Edurural, que era voltado para as escolas rurais do Nordeste brasileiro, financiado pelo Banco Mundial, essa avaliação pretendia comparar o desempenho de escolas beneficiadas pelo projeto com escolas não beneficiadas. Partindo dessa experiência o Ministério da Educação (MEC) cria em 1988 o Saep (Sistema de avaliação da educação primária) que, com as mudanças da Constituição Federal de 1988, passa a se chamar Saeb (Sistema de avaliação da educação básica), contudo a primeira avaliação só acontece no ano de 1990 (BRASIL, 2008, p. 12).

A partir da década de 90, tem início uma série de novas medidas, ajustando as políticas educacionais ao processo de reforma do estado brasileiro, atendendo as exigências do processo de globalização da economia. A necessidade de mudança tem sido justificada sob o argumento da adequação dos sistemas de ensino as transformações de ordem econômica, política, social e cultural que afetam a sociedade atual, expressos principalmente, nos processos de reestruturação do sistema produtivo e de internacionalização da economia.

A temática da avaliação ganha centralidade aí, no arcabouço técnico do que se convencionou chamar reforma administrativa do Estado brasileiro e no paralelo surgimento de vários institutos, observatórios de universidades e organismo internacionais voltados ao monitoramento e à avaliação dos programas educacionais. (SOUZA, 2009, p.1)

Em 1992 o Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) assume a responsabilidade da aplicação da avaliação da educação básica. E a partir de 1993, até os dias atuais, avaliações nacionais tem sido aplicada a cada dois anos.

Barreiros (2002, p.2) defende que “avaliação se transformou num instrumento diretamente relacionado a melhoria na educação: desta maneira, se estabelece uma falsa associação de que um melhor sistema de avaliação origina um melhor sistema de ensino”.

Essa noção de que somente a instauração de um sistema de avaliação pode medir e em decorrência garantir a qualidade do ensino no país é visível nas ações e no discurso governamental, como é possível observar nos documentos oficiais.

Segundo o governo, a avaliação é amostral, permitindo mensurar o desempenho nacional por região e por estado. Em 2005, aconteceu a primeira edição da Prova Brasil, que examina todos os alunos das turmas avaliadas, de caráter censitário permitindo a divulgação dos resultados por município e por escola. Em 2005 e 2007 as aplicações da Prova Brasil ficaram restritas as escolas da zona urbana, e em 2009 se expande para escolas da zona rural, nas turmas com mais de 20 alunos (BRASIL, 2008).

Dessa forma, a Prova Brasil teria como objetivo avaliar habilidades nas áreas consideradas prioritárias, ou seja, a Língua Portuguesa, tendo como foco a leitura, e a Matemática, com foco na resolução de problemas. Apenas as turmas de 5º e 9º anos são avaliadas. A partir dos resultados, o governo federal poderá estabelecer o Índice de desenvolvimento da educação básica (IDEB), que deve funcionar como indicador para verificação do cumprimento das metas estabelecidas neste plano. Para assumir este compromisso cada um dos municípios precisam assinar um termo de adesão, se comprometendo aos desígnios do plano, em busca da “qualidade” da educação básica, para que em um período de 15 anos, segundo suas metas, o sistema educacional possa estar no nível comparado ao dos países desenvolvidos. (BRASIL, 2008, p.4).

Em 2008, todos os 5.563 municípios brasileiros aderiram ao compromisso. O ministro da Educação, Fernando Haddad, telefonou pessoalmente para os 15 últimos prefeitos que ainda não haviam assinado o termo de adesão. No dia 30 de julho deste ano, foi completada a inscrição de 100% dos municípios brasileiros. Assim, todos os municípios e estados do Brasil se comprometeram a atingir metas como a alfabetização de todas as crianças até, no máximo, oito anos de idade. (<http://portal.mec.gov.br/index.php>)

O resultado da Prova Brasil, juntamente com o cálculo do fluxo escolar, que analisa a passagem dos alunos nas séries sem repetir através do programa Educacenso, servem como indicadores do Ideb, que, segundo documentos do governo, “pretende ser o termômetro da qualidade da educação básica em todos os estados, municípios e escolas do Brasil” (BRASIL, 2008, p. 4) numa escala que vai de zero a dez. O índice é medido a cada dois anos e o objetivo é que o país, a partir do alcance das metas municipais e estaduais, tenha nota 6 em 2022 – correspondente à qualidade do ensino em países desenvolvidos. O Ideb serve para identificar quais são as redes municipais e as escolas com maiores dificuldades no desempenho escolar, e por este motivo precisam de maior apoio financeiro e de gestão. (BRASIL, 2008, p. 4)

Em 2007 o Governo Federal, via MEC lançou o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) com o objetivo de melhorar a educação ofertada no sistema público brasileiro, sistematizando várias ações na busca de uma educação de qualidade. Parte integrante do PDE, o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação estabeleceu um conjunto de diretrizes para que União, Estados, Distrito Federal e Municípios, em regime de colaboração, conjuguem esforços em busca da melhoria da qualidade da educação. O plano prevê ainda acompanhamento e assessoria aos municípios com baixos indicadores de ensino.

O Ideb é um dos eixos do PDE que permite realizar uma transparente prestação de contas para a sociedade de como está a educação em nossas escolas. Assim, a avaliação passa a ser a primeira ação concreta para se aderir às metas do Compromisso e receber o apoio técnico/financeiro do MEC, para que a educação brasileira dê um salto de qualidade. (BRASIL, 2008, p. 4)

A Prova Brasil surge com o pressuposto de analisar a qualidade de toda a diversidade e especificidades das escolas brasileiras, e assim, apontar os problemas da educação básica brasileira, direcionando a formulação de políticas públicas educacionais, que possam conduzir à melhoria do sistema público educacional brasileiro.

Os testes da Prova Brasil avaliam competências construídas e habilidades desenvolvidas e detectam dificuldades de aprendizagem... o resultado amplia a gama de informações que subsidiarão a adoção de medidas que superem as deficiências detectadas em cada escola avaliada. (BRASIL, 2008, p. 5)

Assim o PDE se baseia nos resultados do Ideb para distribuir inclusive a distribuição financeira, dando maior suporte a assessoramento aqueles que apresentam mais dificuldades nos resultados. E a Prova Brasil aponta se os recursos foram aplicados da maneira mais adequada e se conseguiu atingir a meta prevista através das ações desenvolvidas. É notória a rede de estratégias, discursos e dispositivos avaliativos colocados em ação pelo governo federal.

De modo articulado à criação de um sistema nacional de avaliação, entendemos que está em jogo a avaliação do próprio currículo nacional comum, definindo conteúdos mínimos a serem avaliados, no caso as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, manifestando a intenção de controlar o seu ensino bem como o funcionamento das escolas, subordinando o fluxo de recursos e investimentos ao desempenho escolar. As implicações para as escolas tem sido tensas.

Com a expansão da massa de avaliações desenvolve-se o receio da repercussão dos resultados decorrentes do processo avaliativo, que define novos currículos, o orçamento das escolas, formação e salários dos professores. Isto é, escola com baixo desempenho, menor gratificação, e conseqüentemente, faz com que professores se vejam pressionados ao uso de parâmetros e diretrizes curriculares, de forma a garantir o aprendizado dos conteúdos básicos cobrados nas avaliações, já que se cobra dos professores e das escolas a eficácia dos recursos que neles são investidos. Cobra-se dos alunos as competências e habilidades nos resultados dos exames para garantir um nível de qualidade satisfatório comparado às políticas internacionais, assim como também cobra-se uma política eficaz de parte do governo para diminuição das iniquidades existentes. (BARREIROS, 2002, p.5)

Um das questões que também emerge frente a esta problemática “dentro do discurso currículo avaliação é o fato dos resultados também servirem de ranking classificatório para alunos, professores e escolas” (BARREIROS, 2002, p.5), uma vez que “aciona um sistema em que as próprias crianças serão classificadas e categorizadas como nunca foram antes” (APPLE, 2006, p. 75). Sobretudo num instrumento como a Prova Brasil que indica resultados por escola, podendo de forma muito peculiar controlar o trabalho docente e as instituições escolares.

Além disso, a centralidade nos resultados, “como elemento principal do discurso educacional, demonstra que na verdade existe uma perda quase integral da autonomia do professor, devido os inúmeros mecanismos instituídos para direcionar o ensino aos processos avaliativos” (BARREIROS, 2002, p.5).

Prova Brasil como dispositivo de controle

O governo brasileiro tem seguido as orientações de organismos financeiros internacionais para propor e fomentar as políticas educacionais no país, entre elas, e como uma decorrência “natural”, está a necessidade de estabelecer metas avaliativas dos seus resultados.

Segundo Vieira (2008), esse processo vem provocando uma intensificação de reformas educacionais orientadas pela lógica da demanda de mercado. Essa lógica tem se estabelecido tanto na elaboração de políticas curriculares nacionais como na gestão escolar, desencadeando crescentes reformas de controle sobre o trabalho docente, capazes de controlar cada docente e cada sala de aula. “Através do qual o controle da docência combina instrumentos de vigilância externa sobre o processo de trabalho educativo com discursos de forte carga moral” (VIEIRA, 2008, p. 53), além de responsabilizar o professor de forma individual pelos resultados alcançados pelos alunos.

Nesse sentido, entendemos que a política avaliativa proposta pelo governo para todos os níveis educacionais, e em particular a Prova Brasil, tem se mostrado um forte dispositivo de controle curricular, com a intenção de controlar os saberes desenvolvido em sala de aula pelos/as professores/as.

Dispositivos são ações (discursos) que interferem na disposição das relações sociais, prescrevendo, ordenando, normalizando, as formas e os conteúdos de como essas relações devem ocorrer, ou serem estabelecidas e/ou mantidas. Um dispositivo é então uma espécie de norma prática, de preceito que atua nas diferentes partes de um aparelho social, desempenhando uma função especial com vistas um fim determinado. (VIEIRA, 2006, p. 3)

O conjunto de práticas e estratégias governamentais que fazem com que os indivíduos livres possam controlar a si mesmo e a outras pessoas, pode ser definido como governamentalidade. “Foucault reforça a análise de que um dos principais aspectos das sociedades modernas é a existência de técnicas de poder que observam, monitoram, moldam e controlam o comportamento das pessoas” (SILVEIRA, 2005, p. 93). Numa tentativa de criar sujeitos governáveis, via técnicas de controle e normalização de condutas das pessoas. Essas estratégias são possíveis através de dispositivos de controle.

O controle na sociedade atual tem se estabelecido de maneira que “mecanismos de comando se tornam cada vez mais ‘democráticos’, cada vez mais imanentes ao campo social” (HARDT; NEGRI, 2006, p. 42). Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) são exemplos dessa política de controle no Brasil, pois suas diretrizes sistematizam detalhadamente cada área do conhecimento (VIEIRA, 2008, p. 60).

Os processos de avaliação a que os alunos são submetidos, e que avaliam também o desempenho dos professores e das escolas, indicam que essa forma de controle governamental, e, ao serem aliados aos PCN, reforçam os objetivos, os saberes e as práticas estabelecidas no âmbito oficial do governo, atuando como práticas normalizadoras e controladores dos/as docentes.

O universo da Pesquisa

A pesquisa se realizará na Rede Pública de Ensino do município de São Miguel dos Campos, estado de Alagoas, dados do IBGE (2009) contam que sua população no primeiro semestre de 2009 está estimada em 54.064. Possui uma área de 660,3 KM². A sua economia baseia-se no petróleo, gás natural, agroindústria e pecuária. Está distante a 60 km da capital de Alagoas, Maceió. O município possui 15 escolas localizadas na zona urbana.

Esta pesquisa é um Estudo de Caso, que segundo Gil (2002, p.54) “consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento.” O estudo de caso nas ciências, durante muito tempo foi encarado como um precedente com pouca exatidão, hoje, porém, é encarado como o delineamento mais adequada para investigação de um fenômeno uma vez que permite que o contexto real seja claramente percebido (YIN, 2001). Serão realizados ainda: estudo bibliográfico, visitas, entrevistas semi-estruturadas e questionários, como técnicas instrumentais de coleta de dados.

As escolas objeto de nossa investigação foram selecionadas por terem participado da 1^a, 2^a e da 3^a edição da Prova Brasil, respectivamente em 2005, 2007 e em 2009. Uma escola foi escolhida por tere apresentado a maior nota na Prova Brasil em 2005 no município (e também é uma escola de maior porte) e a outra por ter apresentado a menor nota do município. Foram selecionadas especificamente as turmas de 5^o anos, por serem ofertada pelas duas escolas.

Em visitas às escolas foi constatado, que existe na Secretaria Municipal de Educação, uma pessoa responsável exclusivamente pela Prova Brasil. A mesma convoca reunião, e faz orientações sobre a prova aos professores/as das turmas que fazem a avaliação envolvendo os 5º e 9º anos. E existe toda uma articulação de formação continuada de professores, para que obtenham boas notas na Prova Brasil e conseqüentemente melhores resultados no Ideb.

(In)Conclusões

Visto que a pesquisa encontra-se ainda em andamento, as considerações aqui apresentadas são ainda parciais. Entendemos que a Prova Brasil, enquanto dispositivo de controle governamental tem por objetivo não apenas medir o desempenho dos estudantes, mas também o controle do trabalho docente, de sua conduta e do currículo desenvolvido por eles/as.

Conforme afirma Vieira (2008, p. 60), “o controle sobre o trabalho docente tem uma efetiva vinculação com o conjunto de dispositivos de poder que busca o controle da conduta do professorado”. E tem como objetivo maior orientar e verificar as ações desenvolvidas pelos professores, como forma de regular aquilo que se ensina na sala de aula, necessitando de um dispositivo de vigilância constante, de controle externo, e ainda, de dispositivos de forte apelo moral, como o discurso da qualidade da educação.

No caso da Prova Brasil, esse dispositivo tem tido um impacto bastante expressivo sobre as práticas curriculares e nosso objetivo será analisar esses impactos sobre o currículo na ótica dos/as docentes e de que forma tem sido capaz de regular a prática cotidiana da sala de aula.

O novo gerencialismo se estabelece uma arte de governar inspirada no modelo de governo neoliberal, onde uma mão invisível determina o que cada professor deve e pode fazer, servindo tal determinação para a manutenção do bem comum, isto é, do próprio capitalismo liberal. Entretanto, não é possível ignorar que qualquer forma de controle, por ser sempre uma relação, implica que os indivíduos também (re) formulem suas necessidades e exigências políticas, tornando possível contestações. (VIEIRA, 2008, p. 65)

A Prova Brasil como forma de controle externo, consegue ser individual e total ao mesmo tempo, na medida em que fornece resultados por escola, por município, por estado e o comparativo a nível nacional.

Referências

- APPLE, Michael W. Apolítica do conhecimento oficial: faz sentido a idéia de um currículo nacional?. In: MOREIRA, Antonio Flávio; SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.) *Currículo cultura e Sociedade*. São Paulo: Cortez, 2006, p. 59-91.
- BRASIL. Ministério da Educação. *PDE: Plano de Desenvolvimento da Educação: Prova Brasil: ensino fundamental: matrizes de referências, tópicos e descritores*. Brasília: MEC, SEB; Inep, 2008.
- BARREIROS, Débora. *As Matrizes de Referência (MCR) para o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB): O caráter disciplinador e a perda da autonomia...* 25º Reunião da ANPED, GT 12, 2002. Disponível em < <http://www.anped.org.br/>> Acesso em 30 de novembro de 2009.
- GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de Pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2002.
- GOODSON, Ivor. Currículo, narrativa e o futuro social. *Revista Brasileira de Educação*. V. 12, n. 35, maio/ago, 2007. p. 241- 252.
- HARDT, Michael, NEGRI, Antonio. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- IDEB. Disponível em < <http://portal.mec.gov.br/index.php> > Acesso em 09 de novembro de 2009.
- SILVEIRA, Rafael Alcadiyani da. *Michel Foucault: Poder e Análise das Organizações*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- SOUZA, Lanara Guimarães de Souza. Avaliação de políticas Educacionais: O contexto das práticas avaliativas dos organismos internacionais no Brasil. In: *19º EPENN – ENCONTRO DE PESQUISA EDUCACIONAL DO NORTE E NORDESTE*, Anais... João Pessoa, 2009.
- VIEIRA, Jarbas Santos. El nuevo gerencialismo y el control de la docencia. In: *La Educación para Pensar-se*. México, FUNDA, 2008.
- VIEIRA, Jarbas Santos. Controle através da tradição: dispositivos de regulação conservadora currículo e trabalho docente. *29º Reunião da ANPED*, GT 12, 2006. Disponível em < <http://www.anped.org.br/>> Acesso em 30 de novembro de 2009.
- YIN, Robert k. *Estudo de Caso: planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman, 2001.
- IBGE Fundação Brasileira de Geografia e Estatística. **Censo demográfico**. Disponível em < <http://www.ibge.gov.br>> Acesso em 19 de outubro de 2009.